

## ARTIGOS

## EM DEFESA DA ADVOCACIA TRABALHISTA

**SAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO**  
Advogado trabalhista, presidente da Associação Gaúcha da Advocacia Trabalhista (Agetra)  
snascimento@paeseferreira.com.br



A luta pela defesa das prerrogativas da advocacia e dos direitos trabalhistas é contínua, especialmente diante das tentativas de esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho e de eventos delituosos praticados por profissionais que não representam a esmagadora maioria, esta sim marcada por reputação ilibada, comprometimento, trabalho árduo e transparente. É fundamental combater essas investidas e reafirmar a importância do órgão e da classe para garantir a proteção dos direitos e o acesso ao Poder Judiciário. Imbuída nessa missão, a Associação Gaúcha da Advocacia Trabalhista (Agetra), fundada há mais de cinco décadas, mantém-se resoluta em prol de suas diretrizes primordiais: o fortalecimento da representatividade, com atuação ética, e o aprimoramento do direito do trabalho, em busca de uma justiça social mais efetiva.

A participação da associação junto à OAB, ao Poder Judiciário Trabalhista, ao Ministério Público do Trabalho e à sociedade civil em geral, representando profis-

*A advocacia trabalhista é considerada agente de políticas inclusivas, fortalecendo a classe, histórica e majoritariamente pautada pela disciplina e pelo compromisso com as regras da profissão*

sionais idôneos e combativos, é essencial para a preservação dos direitos sociais e para assegurar o equilíbrio entre a classe patro-

nal e a classe trabalhadora. Ciente disso, a atual gestão da Agetra – com maioria feminina e, pela segunda vez, com uma pessoa negra na presidência – prioriza a defesa da diversidade, da igualdade de gênero e de raça, além da acessibilidade de todas as pessoas aos mesmos direitos e a idênticas prerrogativas e oportunidades.

Nesse contexto, a advocacia trabalhista é considerada agente de políticas inclusivas, fortalecendo a classe, histórica e majoritariamente pautada pela disciplina e pelo compromisso com as regras da profissão, unindo a sociedade e superando barreiras econômicas, voltando-se a consolidar a democracia e, assim, a promoção de verdadeiro avanço civilizatório. A Agetra se coloca de portas abertas para pessoas e instituições comprometidas com esses ideais, objetivando a criação de um legado de justiça e de esperança para as gerações futuras.

## DESLOCAMENTO DE CULPA

**MÁRIO DE LIMA**  
Doutor em economia e conselheiro do Conselho Regional de Economia da 4ª Região (Corecon-RS)



Os governos, normalmente, preferem não ser analisados e avaliados nos aspectos que envolvem a gestão e a implementação das políticas públicas.

Caso as alternativas implementadas para a solução de problemas não sejam suficientes, podem causar constrangimentos junto à opinião pública. Este fenômeno é conhecido como “falha de implementação”.

Existem dois modelos de implementação de políticas públicas: o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) e o modelo *top-down* (de cima para baixo).

No modelo de baixo para cima, a implementação da política é realizada numa governança quase horizontal entre a esfera política, implementadores técnicos e demais agentes da sociedade interessados no tema.

Neste modelo, a política pública pode ser modificável no dia a dia, possibilitando maior efetividade. Já no modelo de cima para baixo, a elaboração e a decisão de implementação das políticas públicas partem somente da esfera política, enquanto a implementação cabe ao esforço técnico, administrativo e burocrático, que deverá achar os meios para atingir os fins estabelecidos.

Porém, caso esses fins não sejam alcançados, a classe política lava as mãos, colocando a responsabilidade nos agentes de implementação, o que é conhecido na literatura como *blame shifting*, ou deslocamento de culpa.

O uso da estratégia do deslocamento de culpa apenas dá nitidez às falhas de governo na gestão da implementação das políticas públicas.

Parece ser óbvio que a classe política deseja a efetividade das políticas escolhidas para serem implementadas. Porém, para não recorrer ao deslocamento da culpa, é necessário implementar políticas públicas por meio de uma governança multinível, que envolva todos os agentes da administração pública e os demais interessados da sociedade.

Assim, é possível compreender seus interesses e coordenar conflitos, visando à cooperação para que problemas econômicos e sociais de cidade, região, Estado e país possam ser realmente resolvidos.

*O uso da estratégia do deslocamento de culpa apenas dá nitidez às falhas de governo na gestão da implementação das políticas públicas*

## A IA ESTÁ REVOLUCIONANDO AS VIAGENS DE NEGÓCIOS

**DANIEL SCHAURICH DE OLIVEIRA**  
Sócio e fundador da A1 Inteligência em Viagens  
daniel@a1.com.br



A inteligência artificial (IA) tem revolucionado muitos mercados. No de viagens, vem trazendo inúmeras possibilidades, como sistemas capazes de estipular tendências, por exemplo. Quando tratamos de viagens corporativas, digo com convicção: a IA está ajudando a criar uma geração de consultores superpoderosos.

Quem cuida da gestão de viagens de negócios em uma empresa – um setor que pode gerar muitos frutos se tem o orçamento bem administrado – precisa ter tempo para traçar as melhores estratégias, e a tecnologia baseada em IA é o que tem proporcionado esse valioso ativo. Com ferramentas que permitem automatização de tarefas, extração e análise de dados e redução de erros.

Trago alguns exemplos. Na nossa empresa, temos uma aplicação criada internamente que lê a foto de um passaporte ou visto e a

transforma em dados, o que é um ganho de tempo enorme e garantia de exatidão das informações.

Também temos um chat interno que entende os processos e protocolos e auxilia a equipe a analisar milhares de regras e procedimentos. Com isso, nosso

*Apesar de todos esses benefícios da tecnologia, acreditamos muito no humano que a utiliza*

consultor de viagens não precisa recorrer a manuais ou planilhas, bastando perguntar ao chat com IA e ter a resposta em segundos.

Atualmente, estamos também analisando uma regra mais fluida nas políticas de viagem. Isso porque muitas empresas usam uma

antecedência média como regra para compra da passagem, seja de sete, 10 ou 15 dias. O que estudamos é a avaliação da IA sobre o voo e a rota para dizer se historicamente o preço é bom, além de calcular se vale o investimento: tudo depende do retorno que essa viagem vai dar à empresa.

Retomo, então, a questão do consultor superpoderoso. Apesar de todos esses benefícios da tecnologia, acreditamos muito no humano que a utiliza. Um consultor de viagens experiente consegue bater o olho em uma foto de um quarto de hotel e saber se ele foi reformado. Já os dados disponíveis à IA podem enganar: digamos que as avaliações do hotel sejam antigas. Só o ser humano pode captar a subjetividade.

A IA realmente trouxe superpoderes para o consultor de viagens. E parece que o céu não é o limite.